

# *Carta Mensal Educativa*

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

ISSN 1414-4778

Ano: 28 - nº 271 - Março de 2023

<https://www.youtube.com/watch?v=ICcp6fcGc4g>

## **A relevância dos profissionais da educação como fator decisivo para o desenvolvimento brasileiro**

João Roberto Moreira Alves (\*)

A primeira reforma do ensino que o Brasil conheceu foi editada em 28 de junho de 1759 por D. José I, sob a inspiração do Conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal.

O alvará régio criou categorias de docentes e em seu artigo doze determinava que "todos os ditos professores levarão o privilégio de nobres, incorporados em direito comum e, especialmente, no Código Título de professoribus et medicis".

Antes havia apenas o ensino privado, desenvolvido graças à atuação dos jesuítas que chegaram ao Brasil em 1549 e imediatamente fundaram os primeiros colégios, responsáveis pelos ensinamentos durante 210 anos.

Vê-se, assim, que o surgimento do professor, como carreira profissional, teve um início bastante privilegiado e com reconhecimento do poder público.

Aliás, desde a época em que se elaborava a reforma supracitada – durante o reinado de D. João V, conferia-se aos instrutores e professores o título de "Ministro das Letras" os quais eram chamados e consultados pelas mais altas autoridades e eram consultados pelas mais altas autoridades para dar pareceres nos casos importantes.

O professor era vitalício e irremovível.

Com a vinda da Família Real, em 1808, novos colégios foram incentivados e ampliou-se o mercado de trabalho. Os mestres ganhavam, em Portugal, 200 mil réis anuais e, no Brasil, eram remunerados entre 400 e 500 mil réis, o que provocou a vinda de muitos ilustrados.

A proclamação da independência refletiu sensivelmente no ensino e escassearam-se os recursos destinados ao pagamento dos professores. Um relatório do Ministro do Império, em 1836, apontava a "falta absoluta de candidatos às cadeiras de professor", ressaltando que "os salários são fracos e não convencem, fazendo com que prefiram outros empregos mais lucrativos e com melhores oportunidades no futuro".

Criaram-se muitas escolas públicas, contudo os recursos gerados eram insuficientes. Apesar de existir o "subsídio literário", um tributo que custeava o ensino público (e que foi objeto de grandes desvios), as verbas não eram compatíveis com a necessidade orçamentária de manutenção das casas de ensino.

Um pronunciamento feito em 1855 pelo Visconde de Sinimbu apontava causas e caminhos de solução para a educação nacional. Dizia o então senador: " O grande problema da instrução primária entre nós, a resolver, está na maneira por que em um país tão vasto e com uma população disseminada se poderão derramar seus conhecimentos. O professorado não é somente uma vocação, é também uma carreira: para reabilitá-lo, o que cumpre fazer? Debalde impor-se-ão obrigações, exigindo maiores habilitação dos professores e sobrecarregando-os de maior responsabilidade. Antes de tudo é preciso tê-los: e como? Nesta concorrência geral da indústria e das profissões civis, onde com menores habilitação maiores vantagens se alcança, como poderá a modesta carreira de professor achar candidatos com os quesitos necessários mediante o módico pagamento?"

No início da República o quadro era caótico, exatamente pela falta de docentes capacitados. Num pronunciamento o Ministro Joaquim Seabra, encarregado da Justiça e Negócios Interiores (onde a educação se inseria), encontramos o seguinte trecho: "O ensino chegou a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se sua reforma radical, ou é preferível abolí-lo de vez".

Diversas iniciativas foram tentadas ao longo do tempo, contudo com avanços e retrocessos.

O manifesto pela Reconstrução Educacional no Brasil, assinado em 1932 pelos "pioneiros da educação nova", já alertava ao povo e ao governo sobre os caminhos a serem seguidos. Pouco se observou e existe hoje uma enorme dívida social que precisa ser resgatada.

O país precisa investir muito para entrar e permanecer no grupo das nações desenvolvidas. O acesso maciço à escola já é uma realidade em todos os países latino-americanos, entretanto o desenvolvimento exige a melhoria da qualidade. A frequência ao ensino fundamental quase dobrou nas últimas décadas e o médio vinha experimentando resultados favoráveis, em termos quantitativos, o que forçaria um aumento significativo das matrículas nos cursos superiores.

A pandemia trouxe uma mudança na rota contudo com certo tempo retoma o ritmo de antes.

O Governo Federal criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e pela lei a maior parte dos recursos deve ser destinada ao pagamento de professores. Com isso, os salários tiveram aumentos, especialmente em alguns Estados, contudo sendo notada dificuldade orçamentária para cumprimento do que foi estabelecido em termos de piso para os docentes das escolas públicas.

A ampliação da rede física de escola é precisa, não obstante termos cerca de 200 mil estabelecimentos espalhados por todo o território nacional.

Estudos internacionais mostram que o Brasil ocupa uma posição de destaque mas para que isso ocorra plenamente é importantíssimo que se invista corretamente em educação. Precisamos reverter um quadro onde apenas um pequeno número dos eleitores têm curso superior completo, contra uma imensa maioria de analfabetos e analfabetos funcionais.

A história conta que no passado era conferido aos docentes os mesmos privilégios dos nobres, sendo chamados e consultados pelas mais altas autoridades para opinar nos casos importantes.

O Brasil dispõe de dedicadíssimos profissionais, muitos com excelente formação, entretanto estão sendo colocados à margem do processo, nos grandes momentos nacionais.

Os desafios da modernidade são imensos e não é tarefa somente para grupos isolados, técnicos ou políticos.

Cabe à sociedade exercer o seu papel e, em especial, à escola.

Abrindo-se mais os debates públicos e incentivando-se a participação surgirão brilhantes contribuições capazes de efetivamente reverter o tempo perdido e alavancar o progresso.

(\*) Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

#### **EXPEDIENTE**

##### **Carta Mensal Educacional**

**Publicação mensal do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação**

**Exemplares arquivados na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).**

**ISSN (International Standard Serial Number) nº 1414-4778 conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.**

**Editora do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.**

**Reprodução permitida by Instituto de Pesquisas e Administração da Educação**

**Editor Responsável - João Roberto Moreira Alves**

**Edição e Administração - Instituto de Pesquisas e Administração da Educação**

**Av. Rio Branco, 156 - Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 - Rio de Janeiro - RJ – Brasil**

**[http:// www.ipae.com.br](http://www.ipae.com.br) - e-mail: [ipae@ipae.com.br](mailto:ipae@ipae.com.br)**

#### **FICHA CATALOGRÁFICA**

##### **Carta Mensal Educacional**

**Nº 1 (fevereiro 1996) - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação, 1980 - N.1: 29.5 cm – Mensal**

**Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.**

**ISSN - 0103-0949**